

TRABALHADORES RURAIS E AS INTERFACES DA MECANIZAÇÃO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO PAULISTANA DÉCADA DE 1990

Antônio Alves Bezerra¹

Resumo: O artigo discute como os trabalhadores rurais da cana na região de Assis - SP conceberam o processo de implementação da mecanização nos parques sucroalcooleiros de duas usinas de açúcar e álcool na década de 1990. Focou-se a construção de um diálogo com os trabalhadores rurais, buscando compreender suas experiências de lutas e de resistências no local de trabalho, no cotidiano do lar e nas suas relações sociais. Priorizou-se a problematização da automação no campo como categoria de análise, as experiências de lutas dos sujeitos envolvidos na cultura canavieira à luz da legislação ambiental, recortes de jornais e relatos de experiências. Notadamente, conclui-se que a entrada da mecanização nos parques sucroalcooleiros trouxe a noção de progresso e desenvolvimento para a região, mas, antagonicamente, promoveu a marginalização dos trabalhadores rurais da cana.

Palavras-chave: Trabalho; Meio Ambiente; Cana-de-açúcar; Progresso; Mecanização.

RURAL WORKERS AND THE MECHANIZATION INTERFACES OF THE PAULISTA SUGAR/ALCOHOL SECTOR IN THE 1990s

Abstract: The article discusses how rural sugarcane workers in Assis region ideated the mechanization implementation process in the sugar/alcohol parks of two refineries of sugar and alcohol in the 1990s. It focused on the construction of a dialogue with rural workers, trying to understand their experiences of struggle and resistance in the workplace, in the daily life of their homes and in their social relations. The priority was to the problematization of the rural automation as a analysis category, the struggles experiences of the subjects involved on the sugarcane culture by the environmental legislation, newspaper clippings and experience narratives. Notably, it is concluded that the mechanization of the sugar/alcohol parks, brought to the region the notions of progress and development, but antagonistically, promoted the marginalization of rural workers of the sugarcane.

Keywords: Work; Environment; Sugarcane; Progress; Mechanization.

¹ Graduação em História, UNESP, 1999; Mestrado em História Social, PUC/SP, 2002; Doutorado em História, História Social, 2011. Docente do curso de História e do PPGH da UFAL.

Considerações iniciais acerca do tema

O presente artigo aborda algumas experiências vivenciadas por trabalhadores rurais que atuam na cultura canavieira na região de Assis - SP, dialogando e discutindo a pluralidade dos postos de trabalho por eles ocupados não apenas em âmbito local, mas em uma perspectiva nacional. Este estudo pretende trazer à luz a maneira pela qual trabalhadores(as) percebem e explicam o processo de mecanização nos campos das usinas, como registram em suas memórias as transformações no campo e como delineiam suas perspectivas de futuro no universo do trabalho rural, um espaço de constante modificação.

O trecho de entrevista citado a seguir exemplifica bem o cotidiano da mulher trabalhadora rural, também conhecida como “boia-fria”, nos canaviais no interior do estado de São Paulo. É válido notar que tal prática não se restringe apenas ao estado de São Paulo, mas esse relato é uma boa tradução das experiências de vida e de luta de centenas de mulheres e homens que, na falta de outras oportunidades de trabalho na zona urbana, são absorvidos pelos restritos setores rurais circunvizinhos aos centros urbanos onde residem, encontrando nestes uma forma de trabalho para o seu sustento. Muitas vezes, este trabalho é o único responsável pelo sustento de toda a família.

A mulher que levanta cedo no sábado, que roça o dia inteiro, volta pra casa, faz comida. No domingo, acorda cedo e luta o dia inteiro. Então você vê: o ano tem 365 dias. Calcula o ano inteiro: a mulher trabalhou um ano ou trabalhou dois num só? A mulher só tem direito só naquela hora que deita, nove horas a que deita mais cedo, a que deita mais tarde é dez horas. A que levanta mais cedo é três horas, a outra quatro, quatro e meia.²

Na entrevista, uma trabalhadora rural da cana define como é o seu cotidiano no local de trabalho (zona agrícola) e fora deste. Percebe-se a configuração de uma dupla jornada de trabalho envolvendo as mulheres que

² PEREIRA, Maria Del Carmo T. *A Greve de dos Bóias-Frias de Guariba e a Repressão de Maio de 1984*. São Paulo, 2002, (Dissertação de Mestrado em História Social). PPGH, FFLCH/USP. (Trecho de uma entrevista com uma mulher trabalhadora rural da cana, p. 57).

lidam com a cultura canavieira e também com outras atividades nas áreas urbanas, desvelando o desafio de ser mãe, os preconceitos nutridos acerca das mulheres trabalhadoras rurais, além dos medos e das expectativas destas mulheres ao longo de sua trajetória.

Por seu turno, nota-se que a modernização dos parques sucroalcooleiros brasileiros não tem facilitado a vida de grande parte dos trabalhadores rurais. Essa modernização, patrocinada pelos “programas federais” tanto em São Paulo quanto em outras regiões do país em que a cultura da cana se faz presente, “por seu carácter conservador, não alcançou a população trabalhadora” como um todo, o que de certa forma, “permitiu, por um lado, uma maior concentração da terra, da renda e do poder nas mãos dos proprietários agrícolas”³.

Num outro local do estado de São Paulo, o município de Tarumã, o pesquisador entrevistou mais uma mulher cortadora de cana, mãe de família e avó. Esta, por sua vez, reportou-se ao seu trabalho com certa tristeza ao descrever suas experiências de trabalho. Segundo a entrevistada, o tipo de trabalho que lhe sobrou foi em virtude da falta de oportunidades que teve para frequentar uma escola, para estudar.

Júlia, assim chamada no presente trabalho, ao conceder a entrevista, se entristeceu ao mencionar a escola como porta de saída para uma vida melhor e foi categórica ao assinalar em um dos trechos da entrevista: “Eu sinto que meu pai foi ruim pra nói, por não dar estudo, né. O estudo fai muita falta, mai eu tem eles (filhos) graças a Deus, eles escreve bem, fai bem conta, tudo queles quiser eles fai. Eu quis que eles estudasse”⁴

Apesar da falta de estudos, ela demonstrou por meio de sua prática o conhecimento adquirido fora dos bancos escolares, enfrentando os desafios de questionar, explicar e entender as questões políticas, econômicas e sociais do

³ CARVALHO, Cicero P. de. *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*. 3ª. ed. rev. ampliada. Maceió, EDUFAL, 2009, p. 36.

⁴ Trecho de uma entrevista feita com *Júlia* pelo autor, no município de Tarumã, estado de SP, em 11 de dezembro de 2000.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

seu tempo, circunscritos no seu dia a dia. São fatores que regem a sua vida não apenas nas áreas sucroalcooleiras, mas também na cidade e no bairro onde reside.

O fato de a entrevistada não ter apresentado a mesma característica de seus pais com relação à escolaridade dos filhos remonta às transformações que o campo vem sendo submetido ao longo da história. A presença da mecanização tem sido um degrau para as mudanças de hábitos no seio familiar dos trabalhadores rurais da cana, não somente enquanto mão de obra da cultura sucroalcooleira, mas de outras culturas agrícolas que são traduzidas no *agronegócio*⁵.

Notadamente, Weil (1996) observa que “um sistema social está profundamente doente quando um camponês trabalha a terra pensando que, se ele é camponês, é por que não era inteligente o bastante para tornar-se professor”⁶. Isso acontece, inclusive, tendo-se em vista que a escolaridade já não é um ingrediente que garante a inserção e permanência dos trabalhadores nos mais variados postos de trabalho na atualidade, seja nas áreas rurais ou urbanas⁷.

Por seu turno, é notório na cultura da entrevistada que não se pode garantir a permanência no trabalho. Esta tem a consciência de que ao menos

⁵ De acordo com Júnior, *Agronegócio* é "a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles". João Batista Padilha Junior. <http://200.132.139.11/aulas/Agronegocio/A2%20Segundo%20Semestre/Fundamentos%20do%20Agroneg%C3%B3cio/Textos%20obrigat%C3%B3rios%20PROVA/Vis%C3%A3o%20sist%C3%AAmica.pdf> Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

⁶ WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 414.

⁷ POCHMANN, Márcio (Org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. Novos caminhos para a inclusão social. São Paulo, Cortez/Perseu Abramo, 2002, p. 39. A título de exemplificação, o autor revela que somente na cidade de São Paulo, grande atrativo para os trabalhadores dos campos ou cidades que, em momentos de crise econômica, no início dos anos noventa, viram neste município a evaporação de cerca de 387 mil postos de trabalho na indústria, com repercussão direta na renda dos trabalhadores da cidade” e de forma indireta, no setor rural. Este é um dos motivos que levam claramente os trabalhadores rurais a se preocuparem com a sua exclusão dos escassos postos de trabalho em função da implementação tecnológica no setor sucroalcooleiro.

seus filhos poderão ter um quesito essencial para conseguirem disputar uma vaga nesse campo cada vez menos promissor⁸.

Outra questão que diferencia as mulheres entrevistadas é a persistência de *Ivete*, natural e residente na cidade de Tarumã - SP, quando esta assinala que tem 27 anos, dois filhos e encontra-se matriculada na 8ª série do Ensino Fundamental II, almejando iniciar e terminar o curso de Ensino Médio no ano seguinte.

Carminha, com 32 anos e com uma filha de 10 anos de idade, faz questão de pontuar que sua filha não deve sair da escola, pois não quer que ela tenha no futuro o mesmo destino que ela, já que considera sua função na área rural pesada e com pouca segurança. O estudo aparece como gerador de oportunidades, de melhores possibilidades de trabalho e de ser respeitada enquanto trabalhadora e pessoa.

Recuperando a preocupação da entrevistada, nota-se que o trabalho manual da cana é uma das mais árduas atividades trabalhistas na contemporaneidade, pois requer dos trabalhadores rurais da cultura canavieira esforços físicos que estão para além de suas capacidades físicas. A mecanização implementada no estado de São Paulo e no Brasil a partir dos anos “2000, adotaria o modelo internacional de mecanização de todas as atividades agrícolas, desde o plantio até a colheita, eliminando o trabalho manual, reconhecidamente penoso e danoso à saúde dos trabalhadores”⁹.

Não obstante, Matos (2002), fazendo um paralelo entre tempo de trabalho de homens e mulheres na contemporaneidade, assinala que:

As mulheres não vivenciavam, como os homens, a polarização entre tempo de trabalho e de não-trabalho, mas enfrentavam a

⁸ WEIL (1996, p. 414), observa também que tal ponto de vista perpassa “o prestígio a cultura que tem se tornado quase exclusivamente social, tanto no camponês que sonha em ter um filho professor, ou no professor que sonha ter um filho universitário, quanto nas pessoas de sociedade que bajulam os sábios e os escritores famosos”.

⁹ REIS, Leonardo Ferreira; ALVES, Francisco. A “nova” modernização agrícola do CAI canavieiro paulista: intensificação do trabalho manual de operações de máquinas. In: RURALIDADES. III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. São Carlos, São Paulo. (Anais), UFSCar, 2015, pp.133-154. <http://www.seminarioruralidades.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/11/gt2.pdf>. Acesso em: 10/04/2016.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

rotina dos afazeres domésticos e do trabalho domiciliar. Seu tempo era modelado pelo dos outros; seus horários eram os do marido, dos filhos, do patrão, do mercado, da costura e dos bordados. O tempo das mulheres caracterizava-se pela fragmentação e superposição de tarefas, porém era variado e relativamente autônomo, situando-se em um pólo oposto ao tempo do universo fabril.¹⁰

O excerto evidencia que o trabalho mais árduo e prolongado de todos era o da mulher do trabalhador na economia rural, pois, parte desse trabalho – especialmente o cuidado dos bebês –, era o mais orientado pelas tarefas. Outra parte se dava nos campos, de onde ela retornava para novas tarefas domésticas, segundo Thompson (1998).

Relatando a situação de uma trabalhadora, este autor observa que seu cotidiano segue algumas prerrogativas que determinam a dupla jornada de trabalho de cada uma:

Quando chegamos em casa, ai de nós! Vemos que nosso trabalho mal começou; tantas coisas exigem a nossa atenção, tivéssemos dez mãos, nós as usaríamos todas. Depois de pôr as crianças na cama, com o maior carinho preparamos tudo para a volta dos homens ao lar: eles jantam e vão para a cama sem demora, e descansam bem até o dia seguinte; enquanto nós, ai! Só podemos ter um pouco de sono, porque os filhos teimosos choram e gritam (...) em todo trabalho temos nossa devida parte; e desde o tempo em que a colheita se inicia até o trigo ser cortado e armazenado, todos os dias, nossa labuta é tão extrema que quase nunca há tempo para sonhar.¹¹

Percebe-se que as práticas e experiências de lutas configuram-se como “categorias que, por mais imperfeitas que sejam, tornam-se indispensáveis ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo, seja de um grupo social”, sendo essa categoria o campo de inserção da figura da mulher cortadora de cana, um dos sujeitos deste trabalho.

¹⁰ MATOS, Maria I. S. de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru/SP, EDUSC, 2002, p.95.

¹¹ THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum. Estudo Sobre a Cultura Popular Tradicional*. 1ª. Edição, 3ª. reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp.287-288.

A diversificação das atividades da mulher do campo perpassa a prática do trabalho de cortar, carpir e limpar carregadores nas atividades da cana. Possibilita perceber que as dificuldades destas “guerreiras” surgem junto com o encravamento dos primeiros raios solares no solo dos canaviais, quando elas iniciam seus trabalhos nas mais variadas atividades agregadas a esta cultura.

Ao regressar ao lar, ao término de mais uma jornada de trabalho, encontram pela frente as atividades domésticas a serem executadas por elas, compondo a conhecida dupla jornada de trabalho. A fala da mulher trabalhadora do eito canavieiro torna-se incisiva ao explicitar que: “Vemos que nosso trabalho mal começou; tantas coisas exigem a nossa atenção, que se tivéssemos dez mãos, nós as usaríamos todas”, segundo Thompson (1998, p.15).

Na mesma linha de reflexão, o trecho de fala de uma outra trabalhadora rural da cana no oeste paulista descortina um pouco mais o cenário abordado por Thompson (1998):

Era muito penoso pra mim; levantar de madrugada, o dia inteiro, pra chegar a noite inda ir fazer janta, sabe o que eu fazia... eu chegava já ia lavano as mãos, pondo janta no fogo, dano um jeito de lavá as louça, daí ia insaboá as roupa di noite; no claro da luz. Eu lavava toda a roupa, cuidava de tudim, os minino não falava: “a mãe, a senhora tá ino na roça e nói tá andano sujo, a não”! Trocava todo dia pra trabaia e eu lavava roupa de noite (...). Fazia comida de manhã cedo, eu levantava três horas pra fazer o almoço, a mistura, o café; fazia tudo no dia. Só o feijão que eu dexava na geladeira (...). Levantava pra fazer a comida junto tamém; muchilinha deles, e a minha junto; a minha eu arrumava mai tarde, porque quando eu trabaia lá, eu arrumava mai tarde. Mai quando eu vinha cedo eu rumava tudo; ia dexá minha louça tudo limpinha.¹²

O trecho desta entrevista torna-se revelador para se pensar sobre o cotidiano da mulher trabalhadora rural cognominada de “boia-fria”, especificamente quando as incumbências destas são observadas na atuação de uma dupla jornada de trabalho: sendo trabalhadoras rurais durante o dia, mães

¹² Trecho de entrevista feita com *Julia* pelo autor, no município de Tarumã, estado de SP, em 11 de dezembro de 2000.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

e donas de casa ao final de cada jornada de trabalho e algumas poucas também com o papel de serem estudantes nas primeiras horas da noite.

Saindo um pouco do binômio trabalho/canavial e na tentativa de se compreender outros espaços transitados pelas trabalhadoras entrevistadas, indagou-se a outra trabalhadora rural o que ela fazia aos domingos, fora do espaço laboral do canavial. Ela respondeu:

Eu levanto cedo, às vezes tem roupa pra lavar ainda; daí lá pelas dez horas eu vou fazer o almoço pros meninos. Daí depois eu vou fazer merenda pra semana inteira; merenda é pão, bolacha essas coisas... pra tomar café na roça; daí quando é a média de três horas eu vou descansar né. Daí seis horas tenho que ir pro fogão de novo cozinhar.¹³

Em tais relatos, entende-se que, mesmo com toda essa responsabilidade, as práticas femininas no que tange às lutas, bem como as resistências e as submissões têm se evidenciado, sendo que esta última diz respeito aos interesses provenientes dos patrões, maridos e/ou companheiros e até mesmo de pais ou irmãos mais velhos. Mas, de toda sorte, as mulheres têm procurado manifestar suas indignações face às mais diversas formas de exploração, criando “estratégias de luta e de sobrevivência mostrando resistências à dominação no âmbito do público e do privado” como bem assinalado pelas autoras¹⁴.

Apesar de inúmeras referências de participação de mulheres “boias-frias” terem se envolvido em conflitos nos locais de trabalho, de terem apresentado tal expressão nas mais diversas áreas rurais do país, essas ações não puderam ser detectadas na região focalizada por esta pesquisa. Nas falas das depoentes do oeste paulista não emergiram informações se estas haviam participado ou não de movimentos coletivos de reivindicação ou de greves no espaço das usinas onde prestavam serviços.

¹³ Trecho de entrevista feita com *Carminha* pelo autor, no município de Tarumã, estado de SP, em 16 de novembro de 2000.

¹⁴ MATOS, Maria Izilda S. de & SAMARA, Eni de M. In: SAMARA, Eni M. (Org.) *Trabalho Feminino e Cidadania*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP/SP, 1999, p.69.

Não obstante, as mulheres “boias-frias”, fora do espaço dos canaviais, revelam suas lutas, enfrentando desafios acentuados, maiores até do que lidar nas atividades rústicas da área canavieira. É um desafio para essas mulheres lidar com os preconceitos, estigmas e representações sociais construídos em seu entorno, em virtude da função que ocupam no âmbito das usinas, deixando-as muitas vezes invisíveis pelos valores pautados por interesses de setores masculinos e pelas condições que o trabalho da cana lhes proporciona, como bem revelado em suas vestimentas ao se prepararem para enfrentar o corte da cana.

Observa-se dessa forma, segundo Bruschini (1999), que “as mulheres ainda enfrentam barreiras, ocupam os lugares menos privilegiados na economia, ganham menos do que homens e têm condições de trabalho mais precárias”¹⁵.

Em face dessa questão, o cenário desenhado nos canaviais do oeste paulista é o de que as mulheres, ao iniciarem suas atividades de corte, são indicadas pelos agenciadores e formadores de eito nos canaviais do interior paulista para os lugares onde a cana não possibilita maior produtividade e o terreno apresenta dificuldades para cortar uma quantidade maior de cana. Isso faz com que se tome muito mais tempo para realizar a meta proposta pelos agenciadores e formadores de eito, impossibilitando-as de um rendimento maior.

Neste aspecto fica evidente certa hierarquização no seio do trabalho rural, pois os lugares apropriados para a produção em maior escala são reservados aos trabalhadores mais robustos que, na maioria das vezes, pertencem ao gênero masculino. As mulheres, porém, não mencionaram que eram obrigadas a começarem o corte nos lugares “piores”.

Para elas, “os homens pegam na ponta do eito porque cortam mais, então eles vão abrindo o eito”. O que se percebe é que, em geral, quem apresenta

¹⁵ BRUSCHINI, Cristina. In: SAMARA, Eni M. (Org.) *Trabalho Feminino e Cidadania*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP/SP, 1999, p. 44.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

essa característica de abrir o eito tem como “privilégio” o de produzir mais, obtendo, assim, uma melhor remuneração uma vez que cortam a “melhor cana” por safras.

Não obstante, salienta-se que, no transcorrer da pesquisa, não se presenciou nenhuma mulher realizando atividades em que manuseassem algum tipo de ferramenta moderna. Ou seja, na área técnica da usina, especialmente no campo, não ficou patente a presença feminina operando nenhum tipo de tecnologia. Essa observação, de certa maneira, relaciona-se à exclusão quase total das mulheres nas atividades agrícolas, abrindo possibilidades de novos olhares sobre os mais variados lugares ocupados e transitados por elas. Especificamente a mulher “boia-fria” vem sendo excluída dos escassos postos de trabalho na área canavieira, não só pelo processo da automação, mas pela prática de exclusão proveniente de interesses masculinos preconcebidos, como já salientado em trechos anteriores.

De forma geral, a pesquisa evidenciou que as mulheres “boias-frias” não chegam a ocupar posições privilegiadas nas áreas rurais, com exceção das atividades de “descarte” da cana. Esse lugar não é conferido aos homens e a algumas mulheres que não apresentam habilidade e manejo para tal atividade (são observados como “desclassificados” para esta atividade). Tal questão não significa, entretanto, que as mulheres estejam sendo valorizadas e respeitadas enquanto profissionais.

O que se observa é que, em sua maioria, os homens trabalhadores rurais não apresentam o perfil necessário exigido pelos usineiros: a sensibilidade, o manejo para lidarem com a doença da cana e, em muitos casos, a escolaridade. As tarefas do descarte referem-se ao reconhecimento das doenças, sua classificação e recuperação da planta através da retirada das partes afetadas – descarte – e da aplicação de agrotóxicos. Assim, as chamadas “meninas” são selecionadas pelos técnicos e fiscais, devendo possuir um certo grau de escolaridade, pois a tarefa exige que as doenças sejam anotadas e contadas, como bem explicita Silva (1997, p. 565).

Inúmeros outros depoimentos de fiscais, técnicos, feitores e das próprias mulheres que atuam nessa prática foram observados. “Feitores e técnicos são unânimes em afirmar que o descarte só é desempenhado pelas mulheres, porque elas são responsáveis, *obedientes* [grifo nosso] e os homens não. Todas as tentativas com os homens nessa atividade fracassaram”¹⁶.

De acordo com as falas dos responsáveis pela dinamização do trabalho nos canaviais, a presença da mulher é vista apresentando certa passividade. A obediência é percebida, nesta análise, como submissão em situações às quais os homens não se sujeitam, pelo menos em alguns momentos. A responsabilidade destas mulheres torna-se visível no momento em que se trata de uma atividade que requer o máximo de atenção e cuidados. A cana não pode ocupar o solo com algum tipo de ameaça, ou seja, é necessário ter as doenças catalogadas e curadas por estas “meninas do descarte” com o carinho, o zelo e cuidado que se tem em outras profissões predominantemente femininas: as da saúde e educação, por exemplo.

Essa prática utilizada nos canaviais busca também hierarquizar e separar os trabalhadores do campo, inclusive as mulheres, propiciando o desencadeamento de conflitos entre elas. A causa mais comum tem relação com o fato de essas “meninas do descarte” se considerarem integrantes de uma categoria superior às demais “mulheres boias-frias”, tendo por princípio os salários mais elevados, pois são consideradas “qualificadas para tal atividade”¹⁷.

Ao sair a campo para realizar as entrevistas junto dos trabalhadores rurais da região de Assis, interior paulista, tornou-se perceptível ao pesquisador a crescente ausência de mulheres atuando nas turmas de trabalhadores rurais. Ressalta-se que no período de setembro, outubro e novembro de 2000 e maio e junho de 2001, momento em que foram coletadas as entrevistas, teve-se acesso

¹⁶ SILVA, Maria Aparecida de M. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo, EDUNESP, 1997, p. 565.

¹⁷ SILVA, Maria Aparecida M. da. De Colona a “boia-fria”. In: Del Priory, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto/Ed. UNESP, 1997.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

a várias turmas de trabalhadores, sendo nelas a presença de mulheres sempre muito reduzida em relação à de homens. A presença feminina era quase que inexistente em algumas dessas turmas. Ao contatar os primeiros trabalhadores, o pesquisador questionou: por que existem tão poucas mulheres nesta atividade e por que existem turmas de trabalhadores em que não há nenhuma mulher?

Em sua maioria, os entrevistados responderam que “as mulheres não aguentam o serviço” ou “ficaram em casa cuidando dos filhos pequenos”. Outros enfatizaram que não permitiam a presença das esposas no meio de outros homens.

Percebe-se que a prática do trabalho nos canaviais é considerada por muitos homens como uma forma de trabalho inadequado para suas esposas, ou para mulheres “direitas”. A questão posta aqui não possibilita pensar essa atitude como uma decisão de proteger a mulher do trabalho cansativo e monótono da cana. O que se percebe é que o discurso descortina preconceitos e coloca em evidência a dominação exacerbada masculina, sob a justificativa de que, em sua maioria, as mulheres são separadas, mães solteiras e outros adjetivos ainda mais segregadores dessas “guerreiras” dos canaviais que pouco saboreiam o doce da cana com a qual lidam diariamente.

Observou-se que quando chegavam às fazendas onde executavam a prática do corte da cana, as mulheres que atuavam nesta atividade encontravam-se totalmente cobertas por vestimentas escuras, sujas de fuligens da palha da cana queimada. Vestiam botas, perneiras de aço, luvas de couro de boi, calças jeans, camisas de mangas compridas, os “mangotes” ainda por cima da blusa, lenço amarrado na cabeça, transpassando a boca e parte do rosto, além do chapéu de palha sobre a cabeça para se protegerem do calor do sol – prática, aliás, que se segue em todas as atividades envolvendo o serviço no canavial.

A forma como as trabalhadoras rurais se vestiam para enfrentar o trabalho na lavoura canvieira possibilitou ao pesquisador pensar que a atuação na cana era composta apenas por integrantes do gênero masculino. Porém, no momento em que paravam para descansar e realizar a refeição, as mulheres começavam a se transformar. Elas retiravam do corpo a maioria dos apetrechos utilizados

para suportarem as insalubridades oferecidas pela forma de trabalho do canavial. Pouco a pouco, as mulheres assumiam a sua feminilidade. As luvas de couro de boi cediam lugar à rusticidade das mãos como fruto do trabalho pesado da área rural, não escondendo o desejo de terem suas mãos lisas e unhas feitas, práticas de higiene e cuidados percebidas e realizadas por outras mulheres que não atuam nestas atividades.

Ao se livrarem das rústicas luvas, deixavam transparecer de forma tímida unhas trabalhadas e coloridas; os cabelos, lisos ou encaracolados, saíam de baixo dos lenços escuros e das abas dos chapéus de palha. Ao desprenderem-se das perneiras de aço utilizadas para se livrarem de acidentes graves, também expressavam ar de liberdade face ao gênero masculino, uma vez que se torna impossível identificar quem é homem ou mulher nas condições descritas acima.

Esse processo de metamorfose a que se submetem as mulheres do canavial paulista exemplifica sua força no campo da produção agrícola e sua necessidade de trabalhar, mas, sem sombra de dúvida, este é um campo de disputas de poder.

A mecanização da cana sob o olhar do trabalhador(a) “boia-fria”

A ideia de exclusão esteve atrelada aos poderes que foram se constituindo junto com o processo capitalista. Nos mais diversos momentos fez-se uso das informações divulgadas pela imprensa escrita com o objetivo de entender os conflitos que se tramaram em usinas de açúcar e álcool no interior paulista. A partir de então, tornou-se possível observar e discutir as representações que se fizeram presentes nas páginas de alguns periódicos eleitos como parte integrante do corpo documental da pesquisa e, de forma mais precisa, nos relatos dos trabalhadores.

Um dos entrevistados, *Sérgio*, sinalizou que a mecanização é uma prática que se faz presente e tende à redução da contratação de trabalhadores para a colheita manual da cana. Na fazenda Santa Amélia, para quem o entrevistado

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

presta serviço, figura a presença de duas máquinas de cortar cana, implicando a redução de um ônibus de trabalhadores, o equivalente a 45 pessoas. O trabalhador afirmou que com a compra de um outro equipamento reduziu-se mais um ônibus. Ocorreu a dispensa de 90 trabalhadores em apenas duas safras, num só local de trabalho.

Segundo *Sérgio*, “aqui os que eles mandaram (...) no ano passado reduziu um ônibus completo e esse ano já outro. Porque foi, comprou uma máquina num ano e no outro, comprou outra”¹⁸. O trabalhador evidencia a redução de mão-de-obra na forma de contratação, pontuando que uma máquina é capaz de cortar 130.000 toneladas de cana por safra, o equivalente ao emprego de 90 trabalhadores, fato que contempla a observação do trabalhador ao assinalar a redução de “2 ônibus de trabalhadores no curto período de 2 anos”.

Sérgio pontua que numa das palestras realizadas pelos representantes dos equipamentos utilizados no processo da mecanização na agroindústria canavieira foi dito que “o pessoal dispensado em função da máquina ia ter que desenvolver outro tipo de trabalho. Fazer outra coisa, inventar (...) porque vai ficar difícil mesmo”.

Corroborando a fala do entrevistado, o engenheiro agrônomo *Leotino Júnior*, especialista em colheita mecanizada da cana, admite que a tendência seja a eliminação dos postos de trabalho¹⁹ no meio rural em um futuro próximo, salientando que “a sociedade tem estabelecido padrões de qualidade de vida

¹⁸ Trecho de entrevista com o trabalhador *Sérgio* na cidade de Tarumã, SP, em 12/09/2000.

¹⁹ ARENDT, Hanna. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007, p.15. Nesse contexto, para entender a experiência dos trabalhadores em conviver constantemente com a ameaça das máquinas em seus postos de trabalho nos setores sucroalcooleiros ou fora deles, Arendt (2007) nos brinda com uma bela explicação do que representa o trabalho na vida dos trabalhadores. Sob a perspectiva dessa autora, “O trabalho é atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo artificial de coisas, diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora este mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade”.

que nenhuma cultura agrícola que usa mão-de-obra intensiva é capaz de suportar”²⁰.

Contraopondo-se a essa argumentação, percebe-se, muitas vezes, que “a modernização e o uso de uma tecnologia mais eficiente provocam mais a degradação da questão social do que a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e da população”²¹.

De acordo com *Sérgio*,

(...) a indústria tem que fazer alguma coisa. Isso ai, que o governo não vai deixar o pessoal também investir totalmente em máquina. *Já houve caso ai do rural tocar fogo em máquinas já!* [grifos nossos]. Porque o pessoal ficou com raiva das máquinas, ouvi falar isso ai. O mecânico veio da empresa Braz Forte “ai ele falou que o pessoal tocou fogo na máquina”. Porque eles acham que a máquina tá tomando o serviço deles. Uma máquina dessas ai faz serviço por 80, 90 pessoas. ²²

O entrevistado não conseguiu responder à pergunta sobre o que seria o “inventar” do trabalhador para se manter no posto de trabalho ocupado por ele, porém, trouxe uma informação importante para se pensar nas consequências do processo de implantação da mecanização. No início de sua fala, foi se desenhando a noção de que os complexos sucroalcooleiros tinham que fazer alguma coisa para impedir a exclusão dos trabalhadores rurais da cana. Posteriormente, o mesmo trabalhador afirmou que se encontra a par das discussões que agregam o processo de modernização da agricultura no interior paulista, observando que “o governo não vai deixar o pessoal também investir totalmente em máquina”, visão que se contradiz com as exigências provenientes de setores representativos do Estado, como pode ser constatado na então legislação ambiental.

²⁰ *Jornal Gazeta Mercantil*, São Paulo, 22/04/1997.

²¹ ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e Pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo, Edunesp, 1994, p.151.

²² Trecho da entrevista cedida por *Sérgio* ao autor na cidade de Tarumã, SP, em 12/09/2000.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

A Lei 10.547, de 02/05/2000, define procedimentos e proibições, estabelecendo regras de execução e medidas de precaução a serem obedecidas quanto ao emprego do fogo em práticas agrícolas, pastoris e florestais, tornando-se paradoxal face às necessidades dos trabalhadores rurais nos canaviais do oeste paulista. Particularmente o Capítulo IV desta Lei, Artigo 16, reporta-se à redução gradativa do emprego do fogo como método despalhador do corte de cana-de-açúcar, o que se tornou o mote para os grupos hegemônicos de usineiros locais ocuparem partes significativas de suas propriedades com a automação em larga escala. Essa Lei, especialmente no Artigo 16, evidencia que:

O emprego do fogo como método despalhador e facilitador do corte de cana-de-açúcar em áreas passíveis de mecanização da colheita, *será eliminado* [grifos nossos] de forma gradativa, não podendo a redução ser inferior a um quarto da área mecanizável de cada unidade agroindustrial ou propriedade não vinculada à unidade agroindustrial, a cada período de 5 (cinco) anos, contados da vigência desta lei.²³

As informações presentes neste artigo trazem à tona as exigências do governo a fim de que a efetivação da mecanização na lavoura canavieira de fato se confirme. Possibilita destacar ainda que, ao contrário do que pensou Sérgio, o governo não só permitiu que as áreas fossem mecanizadas como também propôs avaliações periódicas para que novas áreas viessem a se mecanizar.

Respaldados pela legislação até então em vigência, os usineiros incorporaram à sua filosofia de trabalho novos hábitos de produção, inclusive a substituição de parte de seus trabalhadores manuais pela automação, ocasionando a exclusão de centenas de trabalhadores de suas atividades laborais.

Nesse aspecto, Dupas (2006, p.89) explicita que “o capitalismo regulado pela intervenção do Estado bloqueou durante várias décadas do século passado o conflito entre as classes, assegurando a lealdade das massas com gratificações

²³ Lei 10.547, publicada no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, vol. 110, no 83, em 03/05/2000.

compensatórias e evitando os conflitos”²⁴. É nesse cenário que a legislação de proibição da queima da cana é instituída. Na mesma linha de reflexão, vale a alusão ao velho mundo rural feita por Carvalho (2008) ao assinalar que “na maior parte das vezes quando os proprietários de terras entraram em contato com o poder do Estado não era para se submeterem à Lei; mas, sim, para se servirem dela”²⁵. E o que se vê aqui é tão somente essa constatação que a historiografia deixou como legado.

Por outro viés, nota-se também que nesse contexto de luta e busca pela preservação da identidade dos trabalhadores entrevistados, no tocante à historiografia, indica-se que “homens e mulheres estão constantemente criando estratégias e astuciosas iniciativas para contornar, resistir, reinventar o universo de práticas e discursos que procura instituí-los de forma excludente”²⁶.

Notadamente, Silva (2014, p.89) revela que nesse contexto de modernização no campo e de preocupação crescente por parte dos trabalhadores “cria-se, um mercado de trabalho migrante temporário regulado pelas empresas com o aval do Estado”. Este fato, segundo a autora,

Constitui-se num elemento importante para entender o avanço do processo de mecanização e a eliminação de milhares de postos de trabalho, sem a ocorrência da propaganda ideológica de um possível desemprego em massa. Desde suas origens, os migrantes representaram a maior fatia do conjunto de trabalhadores das usinas. Desta sorte, eles estão sendo descartados paulatinamente e substituídos pelas máquinas, enquanto uma pequena parte é destinada a outras tarefas subsidiárias das máquinas, sob o manto da contratação direta e formal.²⁷

²⁴ DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso: ou progresso como ideologia*. São Paulo, EDUNESP, 2006, p.89.

²⁵ CARVALHO, José M. de. Quem transgride o que? In: *Cultura das Transgressões no Brasil*. Lições da História. CARDOSO, Fernando H.; MOREIRA, Marcilio M. (Org.). 2ª. ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p.82.

²⁶ NETO, Regina Beatriz G. Mundo do trabalho no Mato Grosso: cidades, vilas e outras áreas entre o urbano e o rural. In: HARRES, Marluza M. NETO, Vitale J. (Orgs.). *História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisa*. São Leopoldo, Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009, p. 86.

²⁷ SILVA, Maria Aparecida de M.; BUENO, Juliana D.; MELO, Beatriz M. de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. *Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar*. V. 4, n. 1, jan-jun. 2014, p.89.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Três anos antes da promulgação da Lei 10.547, em 1997, tramitava-se no país, especialmente no estado de São Paulo, questões de cunho ambiental, em que grupos de ambientalistas pressionavam os poderes públicos a eliminarem as queimadas dos canaviais, demonstrando-se preocupados com a poluição e a qualidade do ar nas regiões canavieiras do estado, em função das queimadas generalizadas.

Informações divulgadas pela *Folha de S. Paulo*, em 08/01/1997, apontaram que figurava no país a primeira ação pública exigindo o fim da colheita da cana com a prática da queimada. Esta ação deu-se na cidade de Ribeirão Preto - SP, considerada um dos polos de maior expressão na produção de açúcar e álcool do país. A ação judicial partiu do promotor de justiça Marcelo Pedroso Goulart, enfatizando a necessidade da mecanização da área canavieira.

Ressalta-se a figura de um representante da justiça, pontuando que “o governo e as usinas devem buscar alternativas para *reciclar* [grifos nosso] a mão-de-obra, visando reduzir o impacto social da mecanização da colheita da cana”²⁸. Notadamente, a mecanização do campo proporciona um impacto social, gerando aumentos nas taxas de desemprego na área rural. O representante do poder público foi incisivo ao afirmar que os “donos do poder” devem fazer alguma coisa com intuito de amenizar as dificuldades que o trabalhador rural irá enfrentar. No tocante, uma particularidade é observada em sua fala, destacando a necessidade da *reciclagem* do trabalhador²⁹.

Numa outra reportagem veiculada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, 3 meses após a reportagem da *Folha de S. Paulo*, as questões ambientais afloram com mais precisão, justificando-se a importância da mecanização para o setor

²⁸ Trecho da entrevista do promotor público do estado de São Paulo, Marcelo Pedroso Goulart ao *Jornal Folha de São Paulo*, em 08/01/1997.

²⁹ No sentido técnico, a palavra *reciclar* significa “reaproveitamento de material usado”. Por esse prisma, segundo a matéria jornalística indica-se que o trabalhador rural figura nos meios de produção da conjuntura atual como sujeito descartável!

sucroalcooleiro e para o desenvolvimento do agronegócio em curso em todo o país.

(...) Sem a queima não há problemas com “carvãozinhos” que recobrem quintais, piscinas e sujam as roupas dependuradas nos varais do interior paulista. (...) A mecanização da colheita da cana resultará ainda num motivo a menos para as reclamações de ecologistas, que insistem em apontar as queimadas como um grande problema ambiental, a despeito de estudos científicos mostrarem que não.³⁰

Pode-se pensar, nesse caso, que a manutenção da limpeza das piscinas, quintais e outras coisas em função da poluição ocasionada pela queimada da cana, torna-se mais importante do que a continuidade do homem trabalhando e garantindo o seu sustento e o de sua família.

Recuperando o trecho da fala de *Sérgio* quanto à prática de destruição das máquinas, é possível pensar o motivo de que tal atitude tenha acontecido. Percebe-se que esta informação não esteve presente na fala de outros depoentes nem nas páginas dos jornais analisados. Sem entrar no mérito desse ponto de vista do depoente, tal informação torna-se significativa, principalmente, porque a prática de destruição de equipamentos, segundo a historiografia, configurou-se há alguns séculos atrás, especificamente no processo que desencadeou a Revolução Industrial na Europa, como confirmam estudos realizados por Perrot (1988, p.17).

Por esse prisma, o trabalhador expressa o desejo de construir uma barreira contra a mecanização, tendo em vista que sua fala permite pensar que a tecnologia se torna a principal responsável pela evaporação dos postos de trabalho na agricultura de todo o país.

Partindo desse ponto de vista, cria-se a representação, por parte do trabalhador, de que a máquina é a principal responsável pela exclusão de sua força de trabalho, muito embora seja uma série de fatores ocultos que a norteiam. Dessa maneira, indica-se que “ao longo de todo século, a violência

³⁰ *Jornal Gazeta Mercantil*, São Paulo, 1997.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

será para os trabalhadores o meio de expressão de sua fúria, sua maneira de afirmar o poder sobre os instrumentos de produção, represálias frias, muitas vezes premeditadas”.³¹

Na contemporaneidade, o sentimento de impotência ainda é visto como um elemento desencadeador da violência face aos desdobramentos do mundo do trabalho, enraizados na estrutura burocratizada da vida pública e na possível exclusão dos sujeitos sociais do poder monopolizador por parte de grupos hegemônicos e políticos.

Perguntou-se para um operador de máquina a quem, no seu entender, as máquinas trazem benefícios:

Geralmente ela vai beneficiar as empresas; as usinas, né. Porque ao trabalhador rural ela não vai beneficiar porque elas tá tirando o emprego deles, né. Causando o desemprego em vez de emprego. Na minha profissão qui nem eu tenho ela como (...) o meu trabalho dia-a-dia, ela também ta me beneficiando; mai se um dia eu chega sai disso ai, ai eu tou enrolado também, né. Já vou tá desempregado! Isso ai, é o ponto de vista que eu vejo, tá beneficiando as empresas.³²

Esse trabalhador evidenciou a quem serve o processo de automação no campo, afirmando que tal processo atende aos interesses da empresa. Em sua fala, o trabalhador buscou contornar a situação, dizendo que embora a máquina propicie a demissão de muitos trabalhadores, esta vai ao encontro dos interesses de alguns deles, e ele toma-se como um dos exemplos. Criou, assim, a representação de que a máquina tem lhe servido também. No entanto, o sentimento de fragilidade do trabalhador possibilita pensar que a máquina atende especificamente os interesses do usineiro, quando o trabalhador coloca que, saindo de suas atividades, “também tá enrolado ficando desempregado”.

³¹ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.17.

³² Trecho de entrevista com o trabalhador *Maurinho* cedida ao autor na cidade de Maracaí, SP, em novembro de 2000.

Dessa forma, nota-se a consciência dos limites do segmento de trabalhadores rurais face ao processo contínuo de transformações que o campo vem sendo submetido desde os anos noventa do século passado. Assim, ao analisar dados do INPE, Moraes (2014, p.88), observa que “os limites naturais dessa produção seriam transpostos na medida em que o campo fosse paulatinamente transformado numa verdadeira fábrica funcionando diuturnamente”. A autora observa também que

As áreas plantadas com cana de açúcar no estado de São Paulo teve um incremento de 51,1% no período de 2006 a 2012. Em contrapartida, o número de trabalhadores não qualificados – os que não operam as máquinas – decresceu de 154.254 em 2007 para 110.188 em 2012, enquanto os empregados na mecanização agrícola passaram de 34.142 em 2011 para 35.825 em 2012, segundo os dados CAGED e RAIS (Baccarin, 2013).³³

Numa outra perspectiva, contrariando as observações dos depoentes, Reis & Alves (2015, p. 151), pontuam algumas interfaces da mecanização no setor sucroalcooleiro paulista e explicitam que, ao contrário do que muitos haviam falado na década de 1990, a mecanização dos parques sucroalcooleiros não foi a responsável pelo expurgo em massa dos milhares de trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro. Os autores revelam que,

O contingente, ainda empregado, de trabalhadores manuais chega a 112.267(média) no ano de 2012. Isto se dá, pois a essência explicativa do modelo é justamente a combinação de taxa crescente de máquinas operando, e proporção elevada de trabalhadores manuais e operadores de máquina altamente produtivos. Essa combinação diminui os riscos, decorrentes das incertezas advindas do ciclo econômico e das condições climáticas, garantindo à gerência agrícola a viabilidade econômica da produção. A impossibilidade de previsão e controle dessas variáveis transforma o conjunto de trabalhadores manuais numa espécie de muleta para a tomada de decisão gerencial, porque compensam a baixa produtividade agrícola com aumento do ritmo de trabalho.³⁴

³³ SILVA, Maria Aparecida M.; BUENO, Juliana D.; MELO, Beatriz M. de. Quando a máquina “desfila”, os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canaviais paulistas. *Contemporânea*. Revista de Sociologia da UFSCar. V. 4, n. 1, jan-jun. 2014, pp. 88-89.

³⁴ REIS, Leonardo Ferreira; ALVES, Francisco. A “nova” modernização agrícola do CAI canavieiro paulista: intensificação do trabalho manual de operações de máquinas. In:

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Questões como estas nos levam a pensar que “a sociedade contemporânea vive um grande paradoxo: o crescente desconforto do homem em meio a um mundo de artefatos criados por ele mesmo”, lembrando trechos do texto de Bresciani, (1986, p.10). O paradoxo observado neste contexto é o constante descompasso da automação, que inclui e exclui os trabalhadores dialeticamente, conforme suas necessidades.

Segundo *Jaime*, trabalhador rural entrevistado,

(...) num lado a gente é contra porque tá tirano o serviço do rural, né; eu tamém tenho muitos irmãos que trabaia no rural e fico sentido. Eles num sabe o que eu sei, né, eles num sabe o que eu sei! Eu fico sentido! Mai a tecnologia tá mudando, é duro a gente (...) né; então, a empresa tá investindo só nisso ai. Então, nói num tem como nessa região, a maioria é contra, mai (...) é duro, a usina, ela tá investino só nisso ai.³⁵

A impotência dos trabalhadores frente ao processo de desenvolvimento empregado no campo fica presente. Este sentimento invade o seu discurso, sobretudo, quando figura a ideia deste trabalhador apresentar a maioria de seus familiares empregados no setor sucroalcooleiro paulista. Quando *Jaime* falou “eles num sabe o que eu sei, né, eles num sabe o que eu sei”, ele sinalizou para a experiência adquirida no campo com o passar dos anos, possibilitando pensar que o campo não irá oferecer aos seus familiares a mesma oportunidade que ele teve: a de se tornar um profissional diferente daqueles que cortam cana manualmente. A oportunidade de desenvolver a habilidade de lidar com equipamentos modernos tecnicamente.

Naquela oportunidade, o senhor *Jaime* deixou de mencionar que, mesmo que seus parentes possuísem a mesma qualificação que ele, a agroindústria não

RURALIDADES. III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. São Carlos, São Paulo. (Anais), UFSCar, 2015, pp.133-154. <http://www.seminarioruralidades.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/11/qt2.pdf>. Acesso em: 10/04/2016.

³⁵ Trecho de entrevista com o trabalhador rural *Jaime* cedida ao autor na cidade de Tarumã/SP, em 15/11/2000.

seria capaz de absorvê-los, tendo em vista que a agroindústria caminha para uma padronização no campo, assim como nos centros urbanos.

Sendo assim, pode-se pensar na hipótese de uma sequência lógica no sistema de produção em que se assiste ao “expurgo do subjetivo e instável fator humano (o trabalho)”. “Essa sequência lógica permite uma outra leitura paralela: a progressiva perda da autodeterminação do produzir pelo trabalhador na razão direta da apropriação do saber produzir pelo supervisor, pelo patrão, pelos técnicos...”³⁶.

O que se percebe é que a máquina possibilita a eliminação dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores manuais no campo e na cidade, mas cria outras possibilidades de inserção social, mesmo que incipientes. Neste instante, esses são “substituídos por uma equipe de engenheiros ou técnicos, racionalizados por natureza, mas ligados à direção das empresas”, destaca Perrot (1988, p.24). Esse é um fator que impossibilita a organização dos trabalhadores em frentes de resistências, em oposição aos patrões ou empregadores.

Estas observações possibilitam refletir sobre o *medo* manifestado pelos trabalhadores no momento das entrevistas. Não se deve somente às exigências e aos olhares denunciadores dos fiscais, dos agenciadores que os intimidam, mas também, de forma mais precisa, à presença da máquina que, de forma subjetiva, causa *terror* nos trabalhadores. Obviamente, estes não conseguem realizar um levante contra a mecanização, porém os seus medos e anseios de não conseguirem recolocação no conflitante mundo do trabalho tornam-se evidentes em suas falas.

Observando as contradições do complexo mundo do trabalho, nota-se que a presença da mecanização nos campos dos complexos sucroalcooleiros do oeste paulista tendeu a intensificar um processo contínuo de trabalho sazonal,

³⁶ BRESCIANI, Maria S. Martins. Lógica e Dissonância, Sociedade de Trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. In: *Revista Brasileira de História*; vol. 06, no 11, São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 1986, p.8.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

como ficou explícito na fala de uma das depoentes e assinalado por Silva (1997) em outra passagem do texto. Ancorados nestas observações, Reis & Alves (2015) assinalam que há ainda outros componentes integradores no que tange aos modelos adotados para viabilizar o processo de produção em larga escala nos setores sucroalcooleiros paulistas. Segundo os autores, isso torna os trabalhadores rurais sazonais e multifuncionais. Ou seja,

Os trabalhadores contratados na safra, desempenham múltiplas atividades, além do corte de cana, sendo deslocados de uma atividade à outra de acordo com as necessidades do processo produtivo. A característica multifuncional dos trabalhadores manuais permite que estes complementem a operação mecanizada sempre que esta for limitada pelas suas restrições técnicas (relevo, declividade, restrições podológicas). Além disso, esses trabalhadores, tanto manuais como operadores de máquina, são remunerados por produção, fazendo com que haja, de um lado, uma relação de complementaridade entre os dois conjuntos de trabalhadores (manuais e operadores de máquinas), e, de outro, haja competição entre eles, para que, em combinados, atuem como elementos indutores da produtividade do trabalho.³⁷

Algumas considerações finais...

A percepção dos trabalhadores(as) cortadores(as) de cana a respeito do processo de mecanização não se diferencia muito da percepção dos operadores e técnicos das máquinas, os quais tecem a trama social lentamente, mostrando que “suas lembranças dizem muito a respeito da íntima relação do trabalho com dimensões espaço-temporais e sua importância nas práticas de explorações”³⁸.

Notadamente, os trabalhadores rurais tornam-se categóricos ao afirmarem que a máquina é uma das principais responsáveis pelo número

³⁷ REIS, Leonardo Ferreira; ALVES, Francisco. A “nova” modernização agrícola do CAI canavieiro paulista: intensificação do trabalho manual de operações de máquinas. In: RURALIDADES. III Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente. São Carlos, São Paulo. (Anais), UFSCar, 2015, pp.133-154. <http://www.seminarioruralidades.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/11/gt2.pdf>. Acesso em: 10/04/2016.

³⁸ SANTANA, Charles D'almeida. *Fatura e Ventura Camponesas: trabalho, cotidiano e migrações: Bahia 1950-1980*. São Paulo, Annablume, 1998, p.99.

crescente de trabalhadores “desocupados” na região. A mecanização, na fala de um dos entrevistados, foi desenhada como um mecanismo de poder para que os usineiros pagassem salários menores aos trabalhadores cortadores manuais. Essa observação torna-se lógica, uma vez que a máquina é uma ameaça concreta aos trabalhadores braçais, deixando-os à mercê dos usineiros e agenciadores.

Enfim, o aspecto visionário dos empresários do açúcar e do álcool acerca da tecnologia empregada no setor sucroalcooleiro paulista parece ocupar o status de “mercadoria”, como bem observado por Silva (2014, p. 90). Segundo a autora, esta é cuidadosamente “exposta para atrair a atenção de futuros consumidores”. A autora explicita que apesar da extrema visibilidade das máquinas nos meios de comunicação e aos olhares dos seus usuários (empresários do setor sucroalcooleiro), os trabalhadores braçais não fazem parte desse cenário. “Eles permanecem ocultos e, assim, a maquinaria parece dotada de um poder anímico, pelo qual ela sozinha é responsável por toda a produção”.

No tocante, a racionalidade das máquinas torna-se “a razão em que ordena o trabalhador a obedecer às prescrições do senhor a fim de que faça o melhor possível, e ordena-lhe também a *renunciar a salários exagerados*” [grifos nossos] (PERROT, 1988, p.23).

Segundo Dupas (2006, p.74), “o progresso técnico não conduz automaticamente ao desenvolvimento humano, que a riqueza gerada não é repartida de modo que minimize a exclusão, as diferenças de renda e de capacidades”³⁹. O progresso tornar-se-ia bem-vindo na medida em que beneficiasse as pessoas que por ele trabalham. Porém, não há desenvolvimento se milhares de trabalhadores e trabalhadoras encontram-se excluídos deste processo.

Portanto, há que se pensar na preservação do meio-ambiente e no desenvolvimento tecnológico juntamente com processos de inclusão social de

³⁹ DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso: ou progresso como ideologia*. São Paulo, EDUNESP, 2006, p.74.

DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

homens e mulheres no universo do trabalho sucroalcooleiro ou em qualquer outra forma de trabalho, tendo em vista a humanização da vida em todos os seus setores. Não se pode perder de vista que o homem é sujeito da história, mas também objeto da mesma, numa relação dialética, e que no percurso do desenvolvimento das formas capitalistas de produção ele se objetifica.

Recebido em 24.06.2016
Aprovado em 01.07.2016